

## **Badan Palhares perde ação contra Folha de S. Paulo - 27/07/01**

Débora Pinho\*

O médico legista Antônio Badan Palhares perdeu, na primeira instância, ação de indenização por danos morais contra a Folha de S. Paulo. Ele queria receber 3.600 salários mínimos (R\$ 648 mil) depois de ter sido alvo de piada nas colunas dos jornalistas José Simão e Bárbara Gancia, em 1999, durante a CPI do Narcotráfico.

Mas o juiz da 27ª Vara Cível de São Paulo, Carlos Henrique Miguel Trevisan, entendeu que "a má-educação, o mau gosto narrativo e toda a falta de seriedade com que agiram os jornalistas subtraem do leitor a idéia de que os fatos pertençam à realidade e, na verdade, transmitem a certeza de que tratam de ficção". A Folha de S. Paulo foi representada pela advogada Taís Borja Gasparian.

Segundo a defesa de Badan Palhares, a jornalista Bárbara Gancia teve a intenção de ofendê-lo "ao compará-lo à figura do Papai Noel para diminuir sua credibilidade e ironizar o fato de ter ele sido acometido de problema renal, que resultou no adiamento de seu depoimento na CPI do Narcotráfico". De acordo com a ação, o jornalista José Simão fez trocadilho com o nome do médico, transformando-o em piada nacional. "Insinuou mais uma vez que a enfermidade que o acometeu no dia em que deveria depor na CPI teria sido invenção e que o médico vendia laudos periciais".

Na sentença, o juiz afirma que os textos "embora contenham linguagem chula e nada de informativo ao público leitor, não carregam em suas entranhas expressões que, sob o enfoque jurídico, sejam consideradas injuriosas, difamantes ou caluniosas". Para o juiz, os jornalistas são considerados humoristas e têm estilos já conhecidos pelo público.

"O leitor da Folha de S. Paulo, depois de ler as matérias que interessam - política, cotidiano, economia e esportes - e já saturado da realidade, passa a ler, caso tenha tempo, artigos divorciados da dureza dos fatos do dia-a-dia, ocasião em que passa ao mundo da ficção e da fantasia, recebendo a carga de discutível humor despejada nas matérias escritas por José Simão e Bárbara Gancia".

Além disso, Badan Palhares "era alvo de investigação da CPI do Narcotráfico e nada mais natural que passasse a ser fustigado pela imprensa cuja liberdade de expressão está preservada pela Constituição Federal".

Processo nº 515463-4 (311/00)

Fonte:

<http://www.direitoassessoria.com.br>

...o estudo de caso...



Página não encontrada



Página não encontrada

A página que você procura pode ter sido r A página que você procura pode ter sido r

ON LINE

Busca | Arquivo | Assinaturas  
 Expediente | Publicidade | Fale com a gente  
 Estação da Luz | Foto da Semana

**ISTOÉ**

Nº 1574 – 01 de dezembro de 1999

▶ CRIME ORGANIZADO 2

**Dr. Cara-de-pau**

**Badan Falhares se atrapalha ao depor na CPI do Narcotráfico e diz que não lembra se recebeu dinheiro logo depois do laudo-farsa da morte de PC**

**Andrei Meirelles**

Acusado de produzir laudos para encobrir crimes da quadrilha denunciada pelo motorista Jorge Meres, o médico-legista Fortunato Badan Palhares tentou durante 11 horas justificar seu controvertido trabalho. Conseguiu apenas complicar ainda mais sua situação e aumentar as suspeitas de que produz laudos sob medida para o crime organizado. “Tudo indica que ele é o perito da quadrilha”, avaliou o presidente da CPI do Narcotráfico, Magno Malta (PTB-ES). O legista não deu, por exemplo, explicações satisfatórias para sua versão de que Susana Marcolino matou o ex-caixa de campanha de Fernando Collor, Paulo César Farias, e depois se suicidou. “Se mentiram para mim em Alagoas, posso ter trabalhado em cima de fatos errados”, chegou a dizer. Ele admitiu erros, mas negou qualquer ligação com a bandidagem. Além dos laudos contestados, Badan se enrolou também ao falar sobre dinheiro. “Não me lembro”, respondeu ao ser indagado se, logo depois de fazer o laudo sobre o caso PC Farias, teria ocorrido um depósito vultoso em uma de suas três contas bancárias.

Com a ajuda do perito Domingos Torchetto, a CPI contestou os laudos de Badan em outros casos famosos. Badan havia atestado que o vice-governador da Paraíba, Raymundo Asfora, cometera suicídio. Com base em quatro outros laudos, a Justiça paraibana reabriu o caso e determinou que os acusados de terem assassinado Asfora sejam levados a júri popular. Segundo denúncia de Jorge Meres, Badan foi contratado em 1987 para livrar José Gerardo da acusação de ter mandado matar o menino José Antonio Penha Brito Júnior, filho de um gerente do Banco do Brasil que negara um empréstimo ao ex-deputado. A identidade do menino já havia sido confirmada por seu dentista. Badan entrou no caso apenas para atestar a causa mortis. Fez mais. Deu um parecer afirmando que o corpo não era de José Júnior. “Badan é um mentiroso que vende laudos por encomenda. Não há imperícia, mas má-fé”, acusou o sub-relator Pompeo de Mattos (PDT-RS), que forneceu o revólver para Torchetto fazer uma demonstração da impossibilidade de Asfora ter se suicidado. A CPI vai levar Badan a Alagoas, onde deverá ser colocado frente a frente com várias pessoas em acareações embaraçosas, inclusive com Augusto Farias. “Não aceito ser acareado com quem quer que seja”, tenta escapulir o irmão de PC Farias.

**Sem proteção** – Além de Badan, a CPI passou a semana com outro problema grave. Na tarde da terça-feira 23, os deputados Magno Malta e Moroni Torgan (PFL-CE) atravessaram a rua que separa o Congresso do Ministério da Justiça para fazer uma dura cobrança ao ministro José Carlos Dias. Ameaçaram renunciar ao comando da CPI do Narcotráfico se o governo não tomasse providências imediatas para resgatar a credibilidade do programa de proteção às testemunhas. A pressão surtiu efeito. O governo resolveu liberar R\$ 1 milhão e atender aos pedidos da CPI para cumprir promessas feitas aos criminosos que têm ajudado a comissão a desbaratar uma quadrilha do crime organizado com ramificações em 14 Estados. Criado há quatro meses e inspirado no bem-sucedido similar americano, o programa brasileiro



começou a ser colocado em xeque na madrugada do sábado 20, quando o ex-motorista Jorge Meres, principal testemunha da CPI do Narcotráfico, fez um desabafo com Magno Malta. Ao resolver entregar antigos parceiros de bandidagem, Meres acertou que receberia proteção policial e ajuda financeira para recomeçar a vida com uma nova identidade. Em vez disso, continuava sendo tratado pela Polícia Federal como um bandido e tendo de passar pelo constrangimento de ser hostilizado pelos outros presos que o censuravam por ter denunciado o advogado William Sozza, o deputado Augusto Farias (AL) e os ex-deputados Hildebrando Pascoal (AC), José Gerardo de Abreu (MA), como os chefes da quadrilha. “Mesmo tendo sido um criminoso, o Meres está sendo um herói nessa história. Ele tinha toda a razão em estar se sentindo enganado. A parte dele estava sendo cumprida, a nossa não”, reconhece Malta.

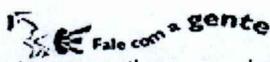
Meres acabou conseguindo parte do que pleiteava. Trocou a prisão por uma casa segura e confortável, e sua família passou a ser protegida. A Procuradoria-Geral da República vai tentar reduzir sua pena. “Como condenado, ele não tem direito a participar do programa, mas estamos fazendo o possível para colaborar com a CPI”, diz o ministro José Carlos Dias. Na mesma terça-feira em que o comando da CPI deu uma dura no ministro da Justiça, Alda Inês dos Anjos Oliveira depôs na comissão e confirmou a crise de credibilidade do programa de proteção às testemunhas. Ela se negou até a confirmar o depoimento que havia dado dias antes ao Ministério Público no qual detalhou o funcionamento da quadrilha de seu ex-namorado, o traficante Fernandinho Beira-Mar. Os deputados tentaram convencê-la a abrir o jogo com a promessa de sua inclusão no programa de proteção. Alda reagiu com desdém: “Esse programa não vai para a frente.” Ela não deixa de ter razão. Enquanto os deputados tentam seduzir criminosos a fazer revelações com promessas de uma vida nova como nos filmes americanos, quem optou pela proteção do Estado não está nada satisfeito. Tem gente na fila esperando o cumprimento da promessa, como o sul-africano Emmanuel Opok Sphiel, que ajudou na investigação sobre Hildebrando Pascoal. “Estamos dando proteção a 129 pessoas, fora as que estão sob a guarda da PF”, diz o diretor de Departamento de Proteção a Testemunhas, Humberto Spíndola.

Em seus 27 anos de existência, o programa americano não teve baixas. Nos últimos dias, perderam a proteção no Brasil Guilherme Duque Estrada e José Roberto de Lima, testemunhas contra Hildebrando Pascoal. Duque Estrada procurou a Polícia Federal no Recife e contou uma história fantasiosa para tentar conseguir R\$ 3,5 mil. Escondido numa instituição para menores, José Roberto está sendo punido por ter comprado presentes para a meninada com recursos do programa. Ao mesmo tempo que enfrentava dificuldades para proteger seus informantes, a CPI tentava pegar alguns peixes graúdos. O colombiano Joaquim Hernando Castilha Jimenez descreveu aos deputados o suposto esquema de lavagem de dinheiro no Brasil do cartel de Cali. Se verdadeiras, as informações de Jimenez poderiam levar as investigações ao braço financeiro do tráfico de drogas.

#### **Leia também:**

["Inquisição não, justiça sim"](#)

# ISTOÉ

 Fale com a gente  
Envie um email para a redação

Busca | Arquivo | Assinaturas | Expediente | Publicidade | Estação da Luz | Foto da Semana

The first part of the report discusses the current state of the world economy and the impact of the global financial crisis. It highlights the challenges faced by many countries, particularly in the emerging markets, and the need for coordinated international action to address these issues. The report also notes the importance of maintaining macroeconomic stability and promoting sustainable growth.

The second part of the report focuses on the role of the International Monetary Fund (IMF) in supporting member countries. It describes the various programs and facilities available to countries in need of financial assistance, and the conditions that must be met for such assistance to be provided. The report also discusses the IMF's efforts to promote international cooperation and dialogue among member countries.

The third part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world economy. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The fourth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The fifth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The sixth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The seventh part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The eighth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The ninth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The tenth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The eleventh part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

The twelfth part of the report discusses the impact of the global financial crisis on the world's financial markets. It notes that the crisis has led to a sharp decline in global economic activity, with many countries experiencing significant unemployment and a loss of confidence in financial institutions. The report also discusses the impact of the crisis on the world's financial markets, and the need for coordinated international action to address these issues.

Dezembro 2000  
Edição 26.181 Quinta, 07/12/2000 Tiragem 464,602  
COTIDIANO

## INDICIADOS NEGAM AS ACUSAÇÕES

07/12/2000

Autor:

Origem do texto: Da Folha Vale; Da Folha Campinas

Editoria: COTIDIANO Página: C5

Edição: Nacional Dec 7, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CPI DO NARCOTRÁFICO; RELATÓRIO; TRÁFICO DE DROGAS; INDICIAMENTO;  
CRIME ORGANIZADO; WILLIAM WALDER SOZZA; ACUSAÇÃO

## INDICIADOS NEGAM AS ACUSAÇÕES

### DA FOLHA VALE E DA FOLHA CAMPINAS

O principal acusado pelos deputados na região de Campinas é o empresário foragido William Walder Sozza. Ele, segundo a CPI, é o líder de uma quadrilha formada para roubo e receptação de cargas e narcotráfico.

O irmão de Sozza, Marco Aurélio Sozza, também indiciado por narcotráfico, crime organizado, roubo de cargas e lavagem de dinheiro, disse que está sendo acusado injustamente.

"Não posso responder por tudo isso só porque meu irmão é o principal suspeito do caso."

**A advogada do legista Fortunato Badan Palhares, Tereza Dóro, disse que a CPI não tem prova alguma contra seu cliente.**

**Ela acusou os deputados de agirem de forma sensacionalista. Badan teve um pedido de indiciamento por emissão de laudo médico falso e prestação de serviços ao crime organizado.**

O advogado Arthur Eugênio Mathias, outro dos principais acusados, disse que o relatório final da CPI é uma "obra de ficção".

"Não há uma prova sequer. Além disso consegui na Justiça que os documentos que foram apreendidos em meu escritório não pudessem ser usados como prova", disse.

O empresário Antonio de Pádua Costa Maia, dono de concessionárias de veículos em São José dos Campos e Caçapava, acusado pela CPI de comandar o tráfico de drogas na região, disse que não há nenhum indício que comprove o seu envolvimento em esquemas de tráfico ou lavagem de dinheiro.

## RELATÓRIO DA CPI INDICIA 800 PESSOAS

06/12/2000

Autor: VALÉRIA DE OLIVEIRA

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: COTIDIANO Página: C6

Edição: São Paulo Dec 6, 2000

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: NARCOTRÁFICO

Assuntos Principais: CPI DO NARCOTRÁFICO; RELATÓRIO FINAL; INDICIAMENTO; CRIME ORGANIZADO

Deputados, desembargadores, prefeitos, policiais e empresários são acusados de envolvimento com crime organizado

Relatório da CPI indicia 800 pessoas

VALÉRIA DE OLIVEIRA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A CPI do Narcotráfico aprovou ontem relatório final indiciando mais de 800 pessoas, entre elas dois deputados federais, 14 deputados estaduais e seis desembargadores. Também entraram na lista prefeitos, delegados, policiais civis, militares e empresários.

Hoje, os deputados vão encaminhar o documento para a Mesa da Câmara e depois para o governo federal, Ministério Público e outras autoridades.

Durante a plenária da comissão, foi necessário tirar novas cópias do documento para corrigir erros, inclusive nomes de deputados incluídos por engano.



Os indiciamentos são fundamentados na acusação de prática de vários crimes, entre eles envolvimento com o crime organizado e narcotráfico, homicídio, corrupção, sonegação fiscal, tráfico internacional de drogas, roubo de carga e lavagem de dinheiro.

Uma das surpresas foi a inclusão do general paraguaio Lino Oviedo. Ele é acusado de tráfico internacional de drogas e contrabando de armas, além de crime de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Alguns bancos e empresas de telefonia também estão no relatório por desobediência às ordens da CPI para que fossem enviados documentos.

**O médico-legista Fortunato Badan Palhares, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), foi indiciado sob a acusação de emitir laudo falso e prestar serviço ao crime organizado.**

**O laudo feito por ele sobre a morte de PC Farias, em 96, tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor, foi contestado por outros legistas. No documento apresentado havia diferença na altura de Susana Marcolino, namorada de PC, conforme foi mostrado pela Folha.**

Em São Paulo, os indiciamentos mais importantes foram os de integrantes da quadrilha de William Sozza. Além do empresário, que está foragido, foram indiciados dois irmãos dele, Eduardo e Marco Aurélio, o seu suposto testa-de-ferro, Geraldo da Silva Burdini Júnior, além do advogado Arthur Eugênio Mathias e vários policiais. Todos são acusados de envolvimento com o crime organizado, narcotráfico, roubo de cargas e lavagem de dinheiro. Alguns responderão também por crime de sonegação fiscal.

No Acre, um dos indiciados é o deputado José Aleksandro (PSL). Os crimes atribuídos a ele são envolvimento com crime organizado, sonegação fiscal e falso testemunho prestado à CPI. O ex-governador Orleir Cameli também está na lista de indiciados do relatório. Pesa contra ele acusação de envolvimento com narcotráfico e crime organizado.

Raceme Cameli, primo do governador, também foi indiciado. Além dele, consta da lista a piloto de avião do governador, Sâmia Haddock Lobo, acusada de crime de sonegação fiscal, além dos delitos imputados a Cameli.

Em Alagoas, um dos indiciados é o deputado Augusto Farias (PFL), irmão de Paulo César Farias. Ele foi acusado de envolvimento com crime organizado e lavagem de dinheiro. Farias disse no plenário da Câmara ontem que é inocente e foi indiciado por perseguição política.

Também constam da lista de indiciados os deputados estaduais João Beltrão Siqueira, José Francisco Cerqueira Tenório, Antonio Ribeiro Albuquerque, Júnior Leão, Cícero Ferro, Celso Luiz e a deputada Fátima Cordeiro. Os parlamentares estaduais de Alagoas foram acusados de crimes de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito e crime organizado. O ex-governador alagoano Manoel Gomes de Barros foi indiciado por prevaricação.

No Espírito Santo, a CPI indiciou o presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Gratz, sob a acusação de envolvimento com o crime organizado e o deputado estadual Gilson Santos Lopes Filho acusado de corrupção, homicídio e participação no crime organizado. O desembargador Geraldo Correa Lima também foi indiciado. Contra ele, a CPI encontrou indícios de envolvimento com o crime organizado.

Já no Amapá, foram indiciados três deputados estaduais. O ex-presidente da Assembléia Fran Júnior, que havia sido afastado por suspeita de envolvimento com o crime organizado e o narcotráfico, responderá por esses delitos e também por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito; o atual presidente da Assembléia, Jorge Salomão e o deputado Paulo José, ambos por envolvimento com narcotráfico e crime organizado.

No Paraná, foram indiciadas 117 pessoas. No Maranhão, 23, entre as quais estão os deputados estaduais cassados José Gerardo e Francisco Caíca \_ambos por acusação de homicídio. Entre os indiciados no Rio está a deputada estadual Núbia Cozzolin.

Os indiciados negaram as acusações para integrantes da CPI.

Depois da lista dos indiciados por Estados, o relatório final enumera os envolvidos no caso do tráfico de cocaína nos aviões da FAB (Força Aérea Brasileira), que responderão por envolvimento com o narcotráfico e o crime organizado. Em seguida, são listados os participantes das conexões de tráfico de drogas da África, do Suriname e do Paraguai

## **BADAN PALHARES CRITICA LAUDO DE MOLINA SOBRE ELDORADO DO CARAJÁS** 28/09/2000

Autor: ANA PAULA MARGARIDO

Origem do texto: Free-lance para a Folha Campinas

Editoria: BRASIL Página: A6

Edição: Nacional Sep 28, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: ELDORADO DO CARAJÁS /PA/; MASSACRE; TIROTEIO; POLÍCIA MILITAR; LAUDO; RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO; POLÊMICA; FORTUNADO BADAN PALHARES

**BADAN PALHARES CRITICA LAUDO DE MOLINA SOBRE ELDORADO DO CARAJÁS**  
ANA PAULA MARGARIDO  
FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS



O médico-legista da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Fortunado Badan Palhares contestou o laudo emitido pelo foneticista Ricardo Molina de Figueiredo, de sua mesma universidade, sobre a morte dos 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996.

Segundo Badan Palhares, a análise da fita não permite concluir se foi a polícia quem atirou primeiro no conflito com os integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O laudo de Molina mostra que a PM atirou primeiro e, dois segundos depois, um sem-terra atirou.

O laudo do foneticista se refere à cena enfocada pela defesa da Polícia Militar durante o julgamento que absolveu três policiais.

O laudo de Molina, feito a pedido do Ministério Público paraense, contesta o parecer de Badan Palhares sobre o caso, solicitado pela Secretaria de Segurança Pública do Pará à Unicamp.

No parecer realizado com base em fotos dos sem-terras mortos, Badan Palhares afirma que, dos 19 mortos, 11 apresentam ferimentos de bala, 7 foram baleados e feridos com facões e foices e um foi morto por arma branca.

Para o médico-legista, como o conflito começou antes do trecho mostrado pela Polícia Militar paraense no julgamento, não dá para afirmar quem atirou primeiro.

Além dos 19 mortos, o massacre de Eldorado do Carajás deixou 35 feridos, entre sem-terra e policiais militares.

"Na fita não dá para ver se os tiros ouvidos no início da gravação foram disparados pelos policiais ou pelos sem-terra", disse.

Badan Palhares afirmou que Molina não é um perito e questionou o posicionamento ético dele ao fazer um novo laudo.

"Ele (Molina) não poderia ter feito este laudo, porque não tinha o aval da Unicamp e não é credenciado pela Sociedade Brasileira de Criminalística", afirmou.

Porém, de acordo com o presidente da Associação Brasileira de Criminalística, Celito Cordili, nenhum dos dois professores da Unicamp poderia ter feito o laudo. "Eles não são peritos oficiais e nem 'ad hoc' (nomeado para o caso na falta de um perito oficial)", afirmou Cordili.

Ricardo Molina, por sua vez, disse que em nenhum momento do laudo fez afirmações subjetivas. "Eu não interpreto nada. Meu laudo é descritivo. As minhas opiniões como cidadão não estão no laudo. O que vai interessar para a Justiça é o que está descrito no trabalho", disse o foneticista.

Com relação à autorização da reitoria, Molina disse acreditar que não precisava de autorização, uma vez que a fita estava na Unicamp desde 1996.

"Badan não teve acesso ao meu laudo, então, não pode contestá-lo", afirmou Molina.

O foneticista disse que já assinou mais de 400 laudos na universidade e que vários deles também contêm a assinatura de Badan Palhares, que na época era chefe do extinto DML (Departamento de Medicina Legal).

"Eu não conheço o laudo do Badan. Só posso dizer sobre o que eu vi na fita", disse Molina.

## **PMS ATIRARAM PRIMEIRO EM CARAJÁS, REVELA LAUDO**

25/09/2000

Autor: RAQUEL LIMA; ANA PAULA MARGARIDO

Origem do texto: Da Folha Campinas; Free-lance para a Folha Campinas; Da Agência Folha

Editória: BRASIL Página: A4

Edição: Nacional Sep 25, 2000

Legenda Foto: A imagem ao lado mostra um sem-terra caído antes mesmo do início do conflito, vítima de um disparo; a imagem abaixo, à esquerda, mostra outro sem-terra ferido; o fotograma mostrado abaixo, recuperado pelo laboratório da Unicamp, mostra um trabalhador sem terra baleado pelas costas

Crédito Foto: Reprodução/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: QUESTÃO AGRÁRIA

Assuntos Principais: QUESTÃO AGRÁRIA; ELDORADO DOS CARAJÁS /PA/; MASSACRE; TIROTEIO; POLÍCIA MILITAR; LAUDO; POLÊMICA; JULGAMENTO; ABSOLVIÇÃO

### **Novo laudo da Unicamp contesta versão da Polícia Militar**

#### **PMs atiraram primeiro em Carajás, revela laudo**

RAQUEL LIMA

DA FOLHA CAMPINAS

ANA PAULA MARGARIDO

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

A Polícia Militar do Pará atirou primeiro no massacre de Eldorado dos Carajás (PA), quando 19 sem-terra foram mortos, em 17 de abril de 1996. Essa é a conclusão do Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens da Universidade Estadual de Campinas, que analisou a única fita de vídeo do conflito, a pedido do Ministério Público do Pará.



A dúvida foi levantada durante julgamento popular que absolveu três militares e foi anulado posteriormente pela Justiça do Pará.

A fita, com 9 minutos e 11 segundos, foi desmembrada em 33 frames, dos quais pelo menos 7 comprovam que a polícia não atirou como forma de advertência. Os tiros de advertência foram usados como argumento no júri.

As cenas mostram integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atingidos por disparos dos policiais na altura do abdome, das pernas e da cabeça. O laudo revela que, antes do conflito, dois sem-terra foram feridos e pelo menos um manifestante foi morto pelas costas depois que a estrada foi liberada. A assessoria da Polícia Militar do Pará não foi localizada para comentar o laudo: ninguém atendeu aos telefonemas. A Agência Folha deixou recado com Américo Leal, advogado do comandante do coronel Mário Pantoja, mas ele não respondeu às ligações.

A perícia foi concluída no último dia 14 pelos peritos Ricardo Molina de Figueiredo e Donato Pasqual Júnior e contesta o laudo feito pelo médico-legista Fortunato Badan Palhares, realizado a pedido da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Pará.

O laudo de Badan Palhares concluiu que a maioria dos sem-terra morreu vítima de armas brancas, o que leva a crer que manifestantes mataram os próprios companheiros. "O laudo de Badan não tinha relevância", afirmou o promotor de Curionópolis (PA) e Eldorado (PA), Marco Aurélio Lima do Nascimento, que não utilizou o laudo de Badan Palhares.

A Folha não conseguiu localizar ontem Badan Palhares. Seu advogado Nivaldo Doro disse que o médico-legista foi designado pela Unicamp para realizar um trabalho em Franco da Rocha e não poderia ser interrompido. Sobre o massacre de Eldorado do Carajás, Doro afirmou que Badan apenas forneceu um parecer, porque, à época, não teria elementos suficientes para fazer um laudo.

O Ministério Público pretende usar as imagens da fita e as informações de Molina no novo julgamento dos policiais envolvidos. "O novo julgamento deverá acontecer ainda este ano", disse o promotor Nascimento. Segundo ele, a fita digitalizada mostra um fato novo: um homem com um tiro nas costas dentro do acampamento. A cena é posterior aos tiros enfocados pelo julgamento.

Para Molina, a discussão sobre quem atirou primeiro é inócua. Segundo ele, o conflito começou antes, só que não foi gravado. A cena começa com sons de metralhadoras. "Quando começou o tiroteio, a câmara estava no acampamento, mas dá para ouvir rajadas de metralhadora", afirmou.

Molina disse que, mesmo na cena enfocada no julgamento, não há dúvida de que foi o policial quem deu o primeiro tiro. O trabalho de edição de imagens mostra que o sem-terra atirou dois segundos depois. O primeiro tiro foi dado com um minuto e 35 segundos de gravação. Antes do tiro, já existe um sem-terra caído.

A testemunha Maria Abadia Barbosa, que foi desqualificada como testemunha, foi identificada na fita. A polícia alegou que Maria Abadia tinha problemas mentais e não estava no local.

Colaborou a Agência Folha

## **TÉCNICOS DIZEM QUE BADAN NÃO MEDIU SUZANA**

24/06/2000

Origem do texto: Da Agência Folha, em Maceió

Editoria: BRASIL Página: A13

Edição: Nacional Jun 24, 2000

Vinheta/Chapéu: CASO PC

Assuntos Principais: PAULO CÉSAR FARIA; MORTE; SUZANA MARCOLINO; EXUMAÇÃO; MEDIDA; BADAN PALHARES

### **Técnicos dizem que Badan não mediu Suzana**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MACEIÓ

O cinegrafista Donato Pasqual Júnior e a fotógrafa Noelandy Castro Gimenez, que registraram a exumação de Paulo César Farias e Suzana Marcolino, confirmam que o legista Fortunato Badan Palhares não mediu o corpo da mulher. Eles depuseram por ordem do Supremo Tribunal Federal.

Segundo a Polícia Federal, eles foram claros em afirmar que Badan Palhares não mediu Suzana, um dos pontos controversos do laudo do legista da Unicamp. Os dois faziam parte da equipe que Badan Palhares levou a Alagoas.

O STF pediu novas diligências à PF após a polícia alagoana ter indiciado o deputado federal Augusto Farias (PPB-AL), irmão de PC, e os oito funcionários que estavam na casa onde os corpos foram encontrados em 1996.

Os funcionários foram denunciados pelo Ministério Público, acusados de duplo homicídio, e respondem a processo.

Por ser deputado, Augusto Farias tem de ser denunciado pela Procuradoria da República, que também



aguarda as novas diligências da PF para se pronunciar definitivamente sobre o caso.

Na acareação, Badan Palhares não admitiu o erro, uma das principais controvérsias em seu laudo, que conclui que Suzana matou PC e, em seguida, cometeu o suicídio.

"Fiz a medição, mas esqueci de pedir registro", afirmou Palhares. O legista afirma que a mesa onde o corpo de Suzana foi colocado na exumação era milimetrada.

### **CPI DO NARCOTRÁFICO DEVERÁ PEDIR INDICIAMENTO DE BADAN PALHARES**

09/06/2000

Autor: MAURÍCIO SIMIONATO

Origem do texto: Editor-assistente da Folha Campinas

Editoria: BRASIL Página: A8

Edição: Nacional Jun 9, 2000

Vinheta/Chapéu: INVESTIGAÇÃO

Assuntos Principais: NARCOTRÁFICO; CPI; FORTUNATO BADAN PALHARES; INDICIAMENTO; SONEGAÇÃO FISCAL

#### **Legista teria renda incompatível com o IR**

#### **CPI do Narcotráfico deverá pedir indiciamento de Badan Palhares**

MAURÍCIO SIMIONATO

EDITOR-ASSISTENTE DA FOLHA CAMPINAS

A CPI do Narcotráfico vai pedir o indiciamento do legista Fortunato Badan Palhares por sonegação fiscal em seu relatório final que será entregue ao Ministério Público até o final deste mês.

A informação foi confirmada ontem pelo sub-relator da CPI, Pompeo de Mattos (PDT-RS).

Ele disse que já definiu o indiciamento de Badan Palhares, mas ainda estuda em quais leis vai pedir o enquadramento do legista.

Além do indiciamento por sonegação fiscal, a CPI do Narcotráfico também vai relatar a suposta elaboração de laudos falsos por parte de Badan Palhares.

"O indiciamento de Badan Palhares já é certo, mas a CPI ainda está discutindo o enquadramento", disse o deputado.

O relatório da quebra de sigilo bancário do legista aponta que ele teria tido rendimento de R\$ 2,3 milhões no período entre 95 e 99, incompatíveis com sua declaração de Imposto de Renda.

Outro lado

A advogada do legista, Tereza Dóro, disse ontem que a CPI do Narcotráfico está desviando o princípio de suas investigações.

"Em primeiro lugar, a CPI tem que investigar narcotráfico e não sonegação fiscal", disse.

Segundo Tereza, o Supremo Tribunal Federal já instaurou inquérito para investigar a movimentação bancária de Badan.

"A CPI vai pedir instauração de inquérito de um caso que o STF já investiga. Não pode haver dois inquéritos para investigar o mesmo assunto. Caso eles peçam o indiciamento, vou pedir cancelamento imediatamente", disse Tereza.

### **BADAN REAFIRMA TESE DE SUICÍDIO DE SUZANA**

17/05/2000

Autor: MARIO SERGIO CONTI

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: A10

Edição: Nacional May 17, 2000

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: CRIME EM ALAGOAS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; PAULO CÉSAR FARIAS; MORTE; LAUDO; FORTUNATO BADAN PALHARES; POLÊMICA

#### **Legista encaminhou à Justiça documento em que rebate contestação da versão inicial da morte de PC Farias**

#### **Badan reafirma tese de suicídio de Suzana**

MARIO SERGIO CONTI

DA REPORTAGEM LOCAL



O professor Fortunato Antonio Badan Palhares e outros nove legistas e peritos encaminharam na sexta-feira passada à Justiça alagoana um volume de 189 páginas intitulado "Homicídio seguido de suicídio versus duplo homicídio". Endereçado também a 14 autoridades, entre elas os presidentes do Senado, da Câmara e da CPI do Narcotráfico, o documento é uma análise pormenorizada do laudo feito pela equipe que, convocada pelo juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima, de Maceió, descartou que Suzana Marcolino tenha assassinado Paulo César Farias e se suicidado em seguida.

Mais uma vez, discute-se a altura da namorada do tesoureiro de Fernando Collor, os resíduos de pólvora em suas mãos e por que, se eram audíveis os tiros disparados na casa na praia de Guaxuma, na manhã de domingo, 23 de junho de 1996, os seguranças de PC afirmam não ter ouvido nada. E novamente, Badan Palhares e seus colegas defendem que Suzana assassinou Farias e se matou (leia texto abaixo).

O documento é também um libelo de Badan Palhares, 56, em defesa de seu trabalho e de sua reputação. Até a morte de Farias, quando foi chamado para reforçar a equipe alagoana que investigava o crime, o professor da Universidade de Campinas era tido como um dos melhores legistas do Brasil. Fizeram sua fama os mais de 6.000 laudos acatados pela Justiça, a reconstituição do rosto do criminoso nazista Joseph Mengele e a investigação do massacre de 111 detentos no presídio do Carandiru. Com o seu lado sobre a morte de PC, tudo mudou.

Ele foi acusado pelo ex-governador alagoano Geraldo Bulhões de ter recebido R\$ 400 mil para sustentar que Suzana Marcolino matou PC e se suicidou. A Receita Federal está investigando suas declarações de renda. A CPI do Narcotráfico o convocou para prestar depoimento. A Polícia Civil indiciou nove pessoas no ano passado, acusando-as de duplo homicídio. O Ministério Público denunciou oito pessoas pelo mesmo motivo e determinou a abertura de inquérito para apurar se houve dolo da parte do professor da Unicamp e seus companheiros, devido aos erros no laudo apontados pela promotoria.

O juiz Alberto Jorge Correia acatou a denúncia e afirmou em seu despacho que os primeiros peritos fizeram um trabalho "imprestável". Geraldo Brindeiro, o procurador-geral da República, analisou os autos e os laudos e assinou um parecer afirmando ser "impossível" Suzana ter se suicidado. No mesmo documento, ele pede diligências ao Supremo Tribunal Federal para descobrir se houve dolo da equipe integrada por Badan. O STF, por sua vez, solicitou novas investigações à Polícia Federal sobre a morte de PC. Em resposta, além de ter escrito "Homicídio seguido de suicídio", o professor abriu um processo contra Bulhões, depôs na CPI e diz que a Receita pode investigá-lo à vontade. "Minhas declarações de renda estão corretas", diz.

"Fui para Alagoas com a certeza de que se tratava de um duplo homicídio, mas os fatos e as análises me levaram à tese do homicídio seguido de suicídio", lembra Badan. "Como sou um homem de ciência, só novos fatos e análises podem me fazer mudar de opinião, e eles não apareceram."

Embora a perícia médico-criminalista possa ser considerada uma ciência, não é exata. Assim como historiadores chegam a conclusões discordantes sobre a Revolução Francesa a partir dos mesmos documentos, ou Pedro Malan e João Sayad têm análises divergentes da atual situação da economia brasileira usando índices idênticos, médicos-legistas também defendem teses opostas ao investigarem a morte de alguém. Quanto mais evidências, sinais, indícios e testemunhas, maiores as chances de legistas chegarem a um mesmo resultado. As conclusões costumam ser diferentes quando a vítima é famosa, a opinião pública se apaixona pelo caso e há interesses políticos, econômicos ou familiares em jogo.

As mortes de Ayrton Senna e da princesa Diana, por exemplo, são ainda motivo de disputas. O carro tinha um defeito de fabricação ou o piloto errou? Um Fiat fechou a Mercedes em que Diana estava? Na política, o caso clássico é o assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, em novembro de 1963. A morte, além de ter sido testemunhada por centenas de pessoas, foi filmada. O governo nomeou uma equipe, a Comissão Warren, para investigá-la. Ela concluiu que Kennedy foi assassinado pelo ex-fuzileiro naval Lee Harvey Oswald. Ainda assim, pesquisas atestam que há dúvidas generalizadas na opinião pública norte-americana quanto ao relatório da Comissão Warren, pois outros peritos, criminalistas, promotores e especialistas em balística defendem que o crime foi cometido por dois atiradores.

Em "Homicídio seguido de suicídio", a equipe que fez o primeiro laudo sobre a morte de PC comenta a controvérsia provocada pelo seu trabalho. Ela faz referências a um "inconformismo da opinião pública", a "questões ideológicas", a "interesses puramente financeiros" e à "triste realidade dos bastidores". Os legistas informam que, dos 4 peritos responsáveis pelo segundo laudo, "3 eram desafetos declarados" de Badan Palhares e "deixaram muito claro que não haviam esquecido suas mágoas antigas".

Para explicar essa "triste realidade dos bastidores", o documento acusa um dos responsáveis pelo segundo laudo, Daniel Romero Muñoz, professor de medicina legal da Universidade de São Paulo, de ter aplicado um "passa-moleques" quando se investigou o massacre do Carandiru. O Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas foi convocado para analisar o caso, e o seu então chefe, Badan Palhares, convidou Muñoz a integrar a equipe. Os autores de "Homicídio seguido de suicídio" afirmam que Daniel Muñoz, "ardilosa e sorratamente, procurou pelos que haviam feito a solicitação à Unicamp para, fazendo-se passar por representante da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, oferecer-se para realizar o trabalho, com a condição de que fosse como representante da USP". Posteriormente, dizem os legistas, Muñoz "enviou um convite ao prof. Badan Palhares para fazer parte de sua equipe, invertendo a situação original, num autêntico 'passa-moleques'".

O professor Daniel Muñoz não quis dar entrevista à Folha sobre o ataque que lhe é feito no documento. "Não é ético ficar debatendo esse assunto pela imprensa", disse ele. "O que eu tiver de falar, falarei no



fórum judicial." Muñoz foi o coordenador da equipe que identificou Joseph Mengele. Como a reconstituição do rosto do carrasco nazista feita por Badan Palhares teve ampla repercussão, o professor da Unicamp supõe que o seu colega da USP possa ter ficado chateado com ele.

Outros dois membros da equipe que descartou o suicídio de Suzana Marcolino são acusados de terem conduzido sua investigação com má-fé. Os signatários do primeiro laudo escrevem que, "logo ao desembarcar em Maceió, o professor Genival Veloso de França comentou com peritos locais: 'Agora vamos acabar com esse herói nacional', no que foi complementado pelo doutor Tochetto: 'Essa estrela não pode continuar a brilhar', referindo-se ao professor Badan Palhares".

Domingos Tochetto e Badan Palhares já haviam divergido anteriormente, na análise da morte de Raymundo Asfóra, vice-governador da Paraíba, em março de 1987. O professor de Campinas concluiu que Asfóra se suicidou com um tiro de Magnum na cabeça. Tochetto, que ele foi assassinado. A viúva do vice-governador foi acusada de ser a mandante do crime; seu amante e o motorista da família, de serem os executores. Há quatro meses, um júri popular concluiu, por 4 votos a 3, que Asfóra se suicidou. O Ministério Público recorreu da decisão.

"A análise da morte de PC é o meu melhor trabalho profissional", diz Badan Palhares. "Para que não restem quaisquer dúvidas, seria bom que a Justiça convocasse uma equipe neutra, do FBI ou da Scotland Yard, para investigar o caso."

"Não adianta chamar o FBI nem ninguém", diz Domingos Tochetto, 56, com 29 anos de experiência em balística. "Como a equipe de Badan Palhares, não sei se conscientemente, destruiu provas e evidências ao investigar a morte de PC, é muito difícil avançar nas investigações."

## **LEGISTA APONTA CONTRADIÇÕES EM SEGUNDA PERÍCIA**

17/05/2000

Autor: MARIO SERGIO CONTI

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: A10

Edição: Nacional May 17, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; PAULO CÉSAR FARIAS; MORTE; LAUDO; FORTUNATO BADAN PALHARES; POLÊMICA

### **Legista aponta contradições em segunda perícia**

DA REPORTAGEM LOCAL

Badan Palhares reconhece que cometeu um erro primário em agosto de 1996, quando assinou o relatório pericial sobre as mortes de Paulo César Farias e sua namorada. Nele não constava a altura de Suzana Marcolino. "A altura de Suzana é fundamental", escreveu o professor num artigo publicado pela Folha em setembro de 1997. "Estando errada, estará errado todo o resto, a começar pela trajetória do tiro e por sua projeção em relação à parede trespassada pela bala." Em miúdos: se a namorada de PC não tivesse a altura defendida pelo legista, a tese do suicídio seria abalada no alicerce. E a altura da moça não estava no primeiro laudo.

Em março de 1997, respondendo a uma indagação da promotora Failde Mendonça, Badan Palhares informou que ela media 1,67 m. Dois meses depois, a equipe integrada por Daniel Muñoz e Domingos Tochetto, tendo exumado o cadáver de Suzana Marcolino, divulgou o seu trabalho, sustentando que ela media dez centímetros menos, 1,57 m.

O legista da Unicamp não se preocupou. No seu relatório estava registrada a altura do tesoureiro de Fernando Collor, 1,63 m. Entre os que conheceram o casal, era disseminada a avaliação de que Suzana parecia mais alta que PC. Entre os amigos e familiares da jovem, no entanto, acreditava-se que ela usava saltos altíssimos porque se considerava baixinha. A discrepância dos laudos quanto à altura de Suzana passou quase despercebida até março de 1999, quando o repórter Mario Magalhães publicou na Folha fotos inéditas mostrando que, mesmo com sapatos de salto alto, Suzana era mais baixa que o namorado. Se PC media 1,63 m, era impossível que ela tivesse 1,67 m de altura.

Em "Homicídio seguido de suicídio", Badan Palhares e sua equipe não comentam as fotos publicadas pela Folha. Eles argumentam que, nas 18 horas de fitas de vídeo documentando a perícia, por três vezes, todas elas fora do Instituto Médico Legal, o professor da Unicamp pergunta a altura da vítima e diferentes técnicos respondem "1,68 m". Ou seja, um centímetro a mais que o registro de Badan. Em nenhum momento da fita o cadáver de Suzana aparece sendo medido, nem Badan se refere à altura dela. O professor argumenta que tanto a diferença de um centímetro quanto a ausência de medição explícita têm uma explicação lógica: a mesa de necropsia era milimetrada. Diz ter olhado o cadáver, em seguida para as marcas milimetradas, e anotado em seus papéis: "1,67 m".

No documento divulgado na sexta, os legistas estranham que os autores do segundo laudo tenham exumado e medido o cadáver de Suzana, chegado à mesma altura ("distância vertix-calcânio: 1,67 m") e não a levem em consideração. A equipe integrada por Muñoz e Tochetto usou um método indireto de



cálculo: mediu os ossos longos de Suzana, a tíbia e o fêmur, aplicou no resultado uma tabela derivativa internacional, a de Trotter e Gleser, que tem um erro-padrão de 2,9 cm para mais ou para menos, e concluiu que ela tinha 1,57 m de altura.

"A medição indireta, via fêmur e tíbia, costuma ser usada em pesquisas arqueológicas, ou na ausência de partes do esqueleto, tanto que eu mesmo usei a tabela de Trotter e Gleser quando analisei as ossadas de Perus, que estavam incompletas", diz Badan. "Mas não entendo por que, com o cadáver medindo 1,67 m na frente, os que divergem do nosso laudo optaram, sem qualquer explicação escrita, pela medição indireta, sujeita a erros e imprecisões."

Fotos

No seu novo trabalho, Badan Palhares e seus colegas fazem uma reconstrução fotográfica da altura de Suzana. Eles publicam uma foto do cadáver dela na mesa de necropsia milimetrada. A seguir, estampam ampliações da foto e detalhes de suas marcas milimétricas. Por fim, ampliam detalhes dela, para mostrar que a cabeça da namorada de PC estava na marca de zero centímetro, e seus pés nas imediações de 1,67 m (veja fotos no quadro acima).

Na análise do crime, investigadores deram tiros dentro do quarto na casa de Guaxuma em que PC e sua amante morreram. Os disparos foram escutados no lugar onde os seguranças do empresário alagoano disseram que se encontravam, apesar de eles afirmarem que não ouviram nenhum tiro naquele dia. A explanação dos membros da primeira equipe de legistas é singela: "O fato de os disparos serem audíveis não significa que obrigatoriamente tenham sido ouvidos", escrevem.

Badan Palhares diz que muitas vezes só se escutam determinados sons, como o de uma buzina e de um instrumento musical, ou as frases da conversa de uma mesa ao lado num restaurante, quando se está atendo a eles. "Os fortes ventos, os ruídos provocados pela turbulência do mar e a noite de São João, com queima de fogos, podem ter ajudado a camuflar os sons dos tiros", escrevem os peritos. Como os telefonemas de Suzana ao dentista Fernando Colleone provam que Suzana estava viva às 5h, não parece razoável dizer que ainda era "noite de São João, com queima de fogos".

A primeira equipe que analisou o cadáver de Suzana cometeu um outro erro. Para aferir se havia resíduos de disparos de arma de fogo em suas mãos, os legistas colheram material da sua pele com um algodão embebido em água Perrier, tirada da garrafa que estava em cima do criado-mudo de PC Farias. Já no necrotério, colheram uma segunda amostra, dessa vez com algodão e soro fisiológico. Por fim, na exumação do cadáver feita oito dias depois da morte, a pele das mãos da jovem foi retirada e enviada à Unicamp.

Nesse momento, porém, o cadáver já havia sido lavado com escova e detergente. O procedimento mais aceito teria sido o de fixar e tirar uma fita colante várias vezes nas mãos de Suzana. Assim, todos os resíduos se colariam à fita, que seria avaliada em laboratório. Isso porque a água atua como solvente, prejudicando a análise. Como se usou água mineral, as alterações foram maiores. A pele da mão de Suzana deveria ter sido retirada antes da lavagem e do enterro do cadáver.

Os exames residuais encontraram vestígios de pólvora na pele de Suzana. Eles provam, na visão de Badan, que ela manuseou uma arma de fogo no dia em que morreu. Para comprovar que ela de fato disparou a arma, os livros de referência médico-legal ensinam que seria preciso encontrar em seu corpo resíduos simultâneos de bário, antimônio e chumbo. Como o exame feito no Instituto de Química encontrou apenas bário, numa quantidade mil vezes maior do que numa pele normal, os autores do segundo laudo escreveram: "Suzana Marcolino não produziu tiro no dia do fato". A conclusão, cartesiana: como ela não atirou, não se suicidou.

"Chama a atenção o fato do bário estar mil vezes aumentado e não terem sido encontrados antimônio e chumbo", reconhecem os peritos no relatório de sexta passada. "Sabe-se, entretanto, que o antimônio é altamente solúvel em água, e esse corpo, particularmente nas áreas investigadas, foi limpo pelo menos três vezes com água". Para Badan, a presença de bário é indício de que Suzana disparou uma arma de fogo. "O cigarro e o salame, assim como outros elementos, deixam vestígios de bário, mas nunca, jamais, numa quantidade mil vezes superior à normal", diz ele.

A equipe de Badan detectou, como afirma, uma "incoerência gritante" no segundo laudo. Três páginas depois de Muñoz e Tochetto e seus colegas terem afirmado que "Suzana Marcolino não produziu tiro no dia do fato", eles escrevem que "não há nos autos elementos técnicos fidedignos que permitam afirmar com segurança que Suzana tenha cometido suicídio. Os exames e testes que realizamos também não permitem afastar esta causa jurídica de morte". Se naquele dia Suzana "não produziu tiro", por que então não afastar definitivamente a possibilidade dessa "causa jurídica de morte?"

(MARIO SERGIO CONTI)

## **AS FOTOS DA DEFESA DE BADAN PALHARES**

17/05/2000

Autor:

Editoria: BRASIL Página: A10

Edição: Nacional May 17, 2000

Legenda Foto: No alto, foto do pé de Suzana e a indicação da altura da namorada de PC, segundo a defesa

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

AS BOTTAS DA DEFESA DE BADAIA PALHARES

Autos  
Processo nº 0000000-00/2000  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

...a partir de 1990, a indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado. A indústria de bebidas em São Paulo passou a ser considerada uma das principais fontes de crescimento econômico do Estado.

de Badan.

À esquerda, visão geral do corpo de Suzana Marcolino na mesa milimetrada.

Ao lado, detalhe ampliado, mostrando a milimetragem

Arte: QUADRO: AS FOTOS DA DEFESA DE BADAN PALHARES

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; PAULO CÉSAR FARIAS; MORTE; LAUDO; FORTUNATO BADAN PALHARES; POLÊMICA

## **AS FOTOS DA DEFESA DE BADAN PALHARES**

### **AS DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS LAUDOS**

Altura

Laudo de 96 de Badan Palhares

Suzana mede 1,67 m, encaixando-se na trajetória da bala; em 1997, quando contralaudo estimou a altura em 1,57 m, pela projeção dos ossos, Badan manteve em 1,67 m. Segundo o contralaudo, com 1,57 m Suzana teria sido atingida acima do ponto onde a bala a penetrou. A bala atingiu-a no peito

Laudo de 99 de Daniel Muñoz

Laudo da Unicamp, baseado em fotos obtidas e publicadas pela Folha, determina a altura em 1,53 m a 1,57 m. Novo teste da equipe que formulou o segundo laudo conclui que Suzana precisaria medir 2 m para que a bala entrasse no peito se ela estivesse sentada no colchão, como sustenta Badan.

Trajетória da bala

Laudo de 96 de Badan Palhares

A trajetória descendente da bala no corpo de Suzana é considerada compatível com a postura de suicida

Laudo de 99 de Daniel Muñoz

A trajetória descendentes, por não ser a mais comum em suicidas, é apontada como indício de que Suzana foi assassinada

Barulho dos tiros

Laudo de 96 de Badan Palhares

Os dois tiros eram audíveis, dizem perícias, mas o barulho de fogos de artifício impediu todos os funcionários de os ouvirem

Laudo de 99 de Daniel Muñoz

A polícia acredita que os funcionários mentiram \_depois das 5h, quando foi dado o tiro que matou Suzana, as festas juninas já não tinham fogos

Os tiros de Suzana

Laudo de 96 de Badan Palhares

O laudo e o inquérito concluem que é normal a ausência de certas combinações com chumbo, bário e antimônio \_elementos encontrados nas mãos de quem atira com revólver\_ nas mãos de Suzana, que teria atirado duas vezes

Laudo de 99 de Daniel Muñoz

Vídeo com 12 mil imagens por segundo, produzido em junho pelo perito Domingos Tochetto, mostra, em câmara lenta, que a nuvem de resíduos saída do revólver na hora do disparo deixa tais resíduos nas mãos. Portanto, ela não atirou

## **AUGUSTO PAGOU ARMA, AFIRMA TUMA**

04/05/2000

Autor: ARI CIPOLA; MÁRIO MAGALHÃES

Origem do texto: Da Agência Folha, em Maceió; Do enviado a Maceió

Editoria: BRASIL Página: 1-12

Edição: Nacional May 4, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: PAULO CÉSAR FARIAS; MORTE; ROBSON TUMA; AUGUSTO FARIAS; ARMA

Associação Pinóquio, JUIZ DE PAZ, MORTES, FORTUITO, BADAJOZ, PALHARES, POLÍCIA

AS FOTOS DA DEFESA DE BADAJOZ PALHARES

AS DIFERENÇAS ENTRE OS DOIS LAJOS

Alguns  
Lado de 88 de Daniel Muñoz  
Suzana mede 1,67 m, cabelos pretos e olhos azuis, em 1972, quando pontualmente estimo a altura  
em 1,71 m, pois próximo dos anos Baden mediu em 1,67 m, segundo o relatório com 1,67 m  
Suzana tem sido sempre sempre com o nome de Suzana. A data é 1972 no lado

Lado de 88 de Daniel Muñoz  
Lado de 88 de Daniel Muñoz, dados em fotos e publicadas pela Polícia, datadas a altura em 1,53 m a 1,57 m  
No novo teste de altura que também se encontra no relatório, com a mesma altura em 1,53 m, pois  
para entrar no lado se a altura se encontra no relatório, como Suzana Baden

Relatório da foto  
Lado de 88 de Daniel Muñoz  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana

Lado de 88 de Daniel Muñoz  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana

Relatório dos fotos  
Lado de 88 de Daniel Muñoz  
Os dois fotos em altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana

Lado de 88 de Daniel Muñoz  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana

Os fotos de Suzana  
Lado de 88 de Daniel Muñoz  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana

Lado de 88 de Daniel Muñoz  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana  
A diferença de altura, da foto do corpo de Suzana e considero a diferença com a altura de Suzana

AUGUSTO RAJOU ARMA AFIRMA TUMA

04/03/2000

Associação Pinóquio, JUIZ DE PAZ, MORTES, FORTUITO, BADAJOZ, PALHARES, POLÍCIA

Augusto pagou arma, afirma Tuma da Agência Folha, em Maceió, e do enviado a Maceió

O caso PC foi o mote do mais pesado ataque do deputado federal Róbson Tuma (PFL-SP) ontem contra o deputado Augusto Farias (PPB-AL).

Num dia marcado por acusações mútuas, Tuma disse que, indiretamente, Augusto Farias pagou a compra da arma com que foram mortos Paulo César Farias e Suzana Marcolino em junho de 1996.

Suzana teria emitido um cheque de R\$ 350, em 14 de junho de 96, para comprar um revólver usado Rossi Special calibre 38. O cheque foi compensado e o débito acrescentado ao saldo negativo da sua conta (final 692), aberta por PC na agência 0035 do Banco Rural de Maceió.

Quando Suzana morreu, o vermelho na conta ultrapassava os R\$ 15 mil de cobertura que o banco lhe dava, por ordem de PC. No dia 16 de setembro de 1996, Augusto (conta final 705) fez uma transferência de R\$ 20 mil para a conta de Suzana, liquidando a dívida. Ele não era avalista da namorada do irmão.

A afirmação de Róbson Tuma é um silogismo baseado em documentos que a CPI obteve numa apreensão no Banco Rural em Maceió:

- 1) Sem ter fundos na conta, Suzana teria pago R\$ 350 pelo revólver do qual saíram as duas balas que mataram PC e Suzana.
- 2) Augusto cobriu com dinheiro pessoal o saldo negativo da conta de Suzana, que incluía o cheque de R\$ 350.
- 3) Logo, Augusto acabou pagando pela arma do crime.

Em 96, com o apoio de Augusto Farias e seus irmãos, a polícia divulgou que Suzana matara PC e se suicidara. Laudo coordenado pelo legista Fortunato Badan Palhares fundamentou a decisão. De 99 para cá, a situação de Augusto se complicou:

- a) A polícia de Alagoas o indiciou, com outros oito ex-funcionários de PC, sob acusação de co-autoria das duas mortes. Seu interesse seria conceder o irmão nos negócios da família. Ele nega terminantemente.
- b) O Ministério Público Estadual denunciou os oito ex-funcionários por suposta co-autoria. PC teria sido vítima de uma quadrilha no narcotráfico, para o procurador Luiz Vasconcelos. O caso de Augusto, por ser deputado federal, está com a Procuradoria Geral da República.
- c) A Justiça acatou a denúncia e abriu processo contra os oito ex-funcionários, considerando que houve duplo homicídio. O laudo de Badan foi qualificado de "imprestável" em despacho do juiz Alberto Jorge Correia.
- d) Parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, afirmou ser "impossível" Suzana ter se suicidado.
- e) O STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou novas diligências para investigar Augusto Farias e Badan Palhares.

Sem intenção

O empresário Luiz Romero Farias, irmão de Augusto, disse que o deputado fez a transferência para a conta de Suzana porque o Banco Rural estava cobrando a dívida. "Paulo César era o avalista. Então, resolvemos pagar", disse Luiz Romero.

Augusto Farias reafirmou ser vítima de um complô, que teria levado ao seu indiciamento pelo assassinato do irmão.

No começo de seu depoimento à CPI, à noite, Ana Luiza Marcolino Noaro, irmã de Suzana, não reconheceu as assinaturas no suposto cheque de compra da arma e na ficha cadastral do Banco Rural como sendo de Suzana Marcolino. As assinaturas de Suzana foram rasgadas dos documentos que a família recebeu de volta dos Farias após as mortes de 1996. Até a conclusão desta edição, a Polícia Federal buscava assinaturas de Suzana em Maceió.

(AC e MM)

## **CPI TENTA RECONVOCAR BADAN**

04/05/2000

Origem do texto: Da Agência Folha, em Maceió; Do enviado especial

Editoria: BRASIL Página: 1-13

Edição: Nacional May 4, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CPI DO NARCOTRÁFICO; DEPOIMENTO; BADAN PALHARES; JUSTIÇA

CPI tenta reconvocar Badan da Agência Folha, em Maceió do enviado especial

A CPI do Narcotráfico vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que Badan Palhares tenha que depor até amanhã em Maceió. O STF concedeu habeas corpus para que o legista só deponha em São Paulo.

de Agência Faria em relação a...

O caso PC foi mais do que o suficiente para...

Em relação ao caso PC, o relatório...

Badan passou a ser investigado porque uma testemunha afirmou que ele fabricaria laudos para o crime organizado. O legista nega.

Segundo a CPI, argumentos que Badan teria apresentado ao STF não são verdadeiros. O legista alegou, por exemplo, que seus superiores hierárquicos não haviam sido informados. A comissão mostrou documento que autorizava a viagem.

"Nossa principal preocupação, no entanto, era a ameaça de que Badan poderia sair preso de Campinas para depor em Maceió", disse o advogado do legista, Nivaldo Dóro.

Colaborou a Folha Campinas

## **AÇÃO DA PF FAZ SUSPEITO DEPOR NA CPI**

03/05/2000

Autor: ARI CIPOLA; MÁRIO MAGALHÃES

Origem do texto: da Agência Folha, em Maceió; enviado especial a Maceió

Editoria: COTIDIANO Página: 3-3

Edição: Nacional May 3, 2000

Legenda Foto: O deputado Robson Tuma, sub-relator da CPI para Alagoas

Crédito Foto: Cristiana Castello Branco - 11.abril.2000/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: NARCOTRÁFICO

Selo: MÁFIA NOS ESTADOS

Assuntos Principais: INVESTIGAÇÃO; CPI DO NARCOTRÁFICO; MARCOS TENÓRIO MAIA; DEPOIMENTO; PRISÃO; AUGUSTO FARIAS; PARAGUAI; TRÁFICO DE DROGAS

### **Suspeito de ser testa-de-ferro de Augusto Farias fratura perna direita e vai a depoimento de maca**

Ação da PF faz suspeito depor na CPI

ARI CIPOLA

da Agência Folha, em Maceió

MÁRIO MAGALHÃES

enviado especial a Maceió

O empresário Marcos Tenório Maia, apontado pela CPI do Narcotráfico como suspeito de ser testa-de-ferro do deputado federal Augusto Farias (PPB-AL), chegou ontem de maca para depor na comissão em Maceió. Com a perna direita enfaixada, Maia afirmou, ao mostrar radiografias, que fraturou o perônio (osso da perna) em acidente de moto no domingo.

Atestado médico enviado pelo empresário recomendava-lhe repouso por 30 dias. Por isso, ele queria falar em casa.

Deputados médicos da CPI disseram que Maia poderia depor na Casa da Indústria, onde a comissão se instalou, se carregado com cuidados. A Polícia Federal foi buscar à força o empresário, que aceitou ir até os deputados.

Até a conclusão desta edição, seu depoimento não começara.

Maia é, oficialmente, sócio majoritário da Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda., empresa que a CPI suspeita ser de Augusto.

Conforme a Folha revelou ontem, documentos obtidos pela CPI na agência do Banco Rural em Maceió mostram que o condomínio do apartamento do deputado foi pago, em fevereiro, com dinheiro de conta da Tigre.

Farias nega que tenha participação na firma. Diz que entrega todos os meses dinheiro em espécie para Maia, "ex-assessor e amigo até hoje", pagar algumas contas pessoais suas.

### **Outras investigações**

O deputado Robson Tuma (PFL-SP), sub-relator da CPI para Alagoas, reafirmou que, se comprovada a suposta mentira de Augusto Farias sobre a propriedade da Tigre, a comissão teria motivos para propor à Câmara dos Deputados sua cassação.

Há outras investigações sobre Augusto Farias em Maceió. A CPI quer saber por que ele se tornou um dos titulares da conta 97-000044-1 da agência 0035 do Banco Rural, em Maceió, em 1º de setembro de 1996. O outro titular é seu irmão Luiz Romero Farias.

Até a véspera, a conta estava em nome de Luiz Romero e Paulo César Cavalcante Farias, irmão dos dois, assassinado no mês de junho daquele ano.

A conta de final 44-1 recebeu R\$ 150 mil de uma conta de PC (16/ 09/96), transferiu R\$ 164.917,26 para uma conta de Augusto (17/ 09/96) e recebeu, da conta do deputado, R\$ 179.801,42 (03/ 12/96).

O maior interesse da CPI é saber por que mudou a titularidade da antiga conta de PC com Luiz Romero, antes de Augusto Farias ser nomeado pela Justiça tutor dos filhos de Paulo César.



A CPI também investiga a suposta participação do deputado alagoano nas mortes de PC e Suzana Marcolino, em 23 de junho de 1996. O deputado foi indiciado pela polícia sob acusação de co-autoria dos homicídios. Ele nega.

A CPI reafirmou a convocação do legista Badan Palhares, da Unicamp. Ele enviou fax dizendo ser impossível viajar de Campinas (90 km de SP) pelo atraso no "convite" enviado pela comissão. Robson Tuma disse ontem ter recebido ligação de uma pessoa \_o deputado não quis identificá-la\_ narrando plano para assassiná-lo. A trama teria sido armada por Eduardo Amaral, funcionário da Secretaria de Segurança de Alagoas e filho do ex-secretário de Segurança José Amaral.

A Folha não conseguiu falar com Eduardo Amaral. A segurança dos deputados aumentou de 80 para 120 homens.

Paraguai

Integrantes da CPI do Narcotráfico estão, desde ontem, reunindo-se com autoridades paraguaias em Assunção para tratar de possíveis facilidades ao narcotráfico no Paraguai.

A primeira reunião havia sido marcada para as 18h30 de ontem. Nela, os deputados brasileiros pretendiam debater com parlamentares paraguaios supostas facilidades existentes a traficantes na "fronteira tríplice". Até o fechamento desta, não havia sido anunciado o resultado do encontro. Hoje, os integrantes da comissão terão audiência com o presidente paraguaio, Luis González Macchi.

## **EMPRESA PAGOU CONTA DE IRMÃO DE PC**

02/05/2000

Autor: ARI CIPOLA; MÁRIO MAGALHÃES

Origem do texto: Da Agência Folha, em Maceió; Do Enviado especial a Maceió

Editoria: COTIDIANO Página: 3-3

Edição: São Paulo May 2, 2000

Legenda Foto: O deputado Augusto Farias, que negou em dezembro sua ligação com a empresa Tigre Vigilância

Crédito Foto: Alan Marques - 11.nov.99/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: NARCOTRÁFICO

Selo: MÁFIA NOS ESTADOS

Assuntos Principais: CPI DO NARCOTRÁFICO; INVESTIGAÇÃO; AUGUSTO FARIAS; EMPRESA; IRREGULARIDADE

## **FIRMA INVESTIGADA POR CPI ASSUMIU OS CUSTOS DO CONDOMÍNIO DE AUGUSTO FARIAS EM FEVEREIRO**

Empresa pagou conta de irmão de PC

ARI CIPOLA

da Agência Folha, em Maceió

MÁRIO MAGALHÃES

enviado especial a Maceió

Dinheiro da conta de uma empresa investigada pela CPI do Narcotráfico pagou em fevereiro o condomínio do apartamento do deputado Augusto Farias (PPB-AL), localizado em Maceió.

O deputado negara em dezembro ser dono da Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda., a firma de cuja conta saiu o pagamento do seu condomínio.

A empresa está em nome de Marcos Tenório Maia e Luiza Antonieta Taques, apontados pela CPI como suspeitos de ser testas-de-ferro de Augusto Farias. Em dezembro, integrantes da CPI que estiveram em Maceió afirmaram suspeitar que a Tigre fosse usada para "lavar" dinheiro.

O deputado afirma que Maia foi seu assessor no passado. Luiza é secretária do gabinete do parlamentar na Câmara.

A ligação entre os três será uma das principais investigações que a CPI fará a partir de hoje na capital alagoana. O deputado deve ser convidado a depor novamente.

Um extrato da agência do Banco Rural de Maceió do dia 10 de fevereiro último pode indicar que Farias teria mentido ao negar ter participação na empresa.

Na operação, registrada com o número 035 10020004 037, foi quitado o condomínio do seu imóvel, no valor de R\$ 560.

O documento faz parte de material recolhido pela CPI neste ano na agência bancária. Entre os extratos, descobriu-se movimentação nas contas de Paulo César Farias, irmão de Augusto, e Suzana Marcolino, após o assassinato dos dois em 1996. Há transferência da conta de PC para a de Augusto.

A Tigre emitiu cheque em favor de si mesma, sacando R\$ 8.015,59 no caixa. Na mesma sequência, fez o pagamento, em dinheiro, de uma série de contas, entre elas a do condomínio do deputado. A diferença entre os R\$ 8.015,59 e as contas quitadas foi entregue em espécie ao emissário da empresa.

A Folha teve acesso tanto ao extrato como ao comprovante do condomínio.



Em dezembro, a Polícia Federal apreendeu na sede da Tigre registros de imóveis, declarações de Imposto de Renda, extratos bancários e outros papéis em nome de Augusto Farias.

Quando foi feita a descoberta, o deputado Róbson Tuma (PFL-SP), sub-relator da CPI para Alagoas, disse que, se confirmado que Augusto Farias é o dono da Tigre, a comissão poderia pedir a sua cassação por supostamente ter mentido. Na opinião de Tuma, seria o caso de quebra de decoro parlamentar.

No catálogo telefônico de 1999, o telefone da Tigre é o mesmo da casa do deputado.

Marcos Maia é testemunha fundamental de Augusto Farias no caso PC. O deputado foi indiciado pela polícia de Alagoas como co-autor das mortes do seu irmão Paulo César Farias e de Suzana Marcolino em 1996.

O parlamentar disse ter recebido pelo telefone de Marcos Maia, que estaria junto com ele, a notícia das mortes.

A CPI do Narcotráfico volta hoje a investigar o caso do assassinato de PC e Suzana. O legista Badan Palhares, coordenador do laudo que baseou a tese de que Suzana teria matado Paulo César e se suicidado, foi chamado para depor, segundo a comissão.

Augusto Farias passou a ser investigado pela CPI depois que o motorista Jorge Meres afirmou ter trabalhado para uma quadrilha interestadual que tinha, entre outras atividades, o roubo de caminhões e cargas e o tráfico.

## **CAMPINAS E AS INVESTIGAÇÕES SOBRE CRIME ORGANIZADO**

12/04/2000

Editoria: COTIDIANO Página: 3-1

Edição: Nacional Apr 12, 2000

Arte: QUADRO: CAMPINAS E AS INVESTIGAÇÕES SOBRE CRIME ORGANIZADO

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CAMPINAS /SP/; CPI; NARCOTRÁFICO; CRIME ORGANIZADO; INVESTIGAÇÃO

Campinas e as investigações sobre crime organizado

- Na CPI do Narcotráfico

O perfil dos investigados

Luiz Roberto Zini

Empresário e ex-presidente do Guarani Futebol Clube. Dono da Construbel, que foi sede do PRTB, presidido entre 95 e 96 por William Sozza. Foi pedida a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico. Nega acusação

Roberto Mingone

Vereador do PFL em Campinas. A CPI investiga se recebeu dinheiro do crime organizado para a campanha de deputado federal em 98. Nega envolvimento

Artur Eugênio Mathias

Advogado investigado por ter ligação com Sozza. É o ex-advogado do empresário acusado por Meres

Gilmar Leite Siqueira

Condenado por agir no roubo de cargas na região. Denunciou ligações do crime organizado com a polícia. Está preso na Penitenciária de Araraquara

**Fortunato Badan Palhares**

**Médico legista da Unicamp, um dos mais famosos do país. É um dos autores do laudo sobre a morte de PC Farias, denunciado por uma testemunha por ter ligações com o esquema. Negou fazer laudos encomendados**

Eduardo Sozza

Empresário, irmão de William Sozza, suspeito de fazer parte do esquema de lavagem de dinheiro. Desconhece esquema de lavagem de dinheiro na empresa sua e de seu irmão William Walder Sozza

Marco Aurélio Sozza

Empresário, irmão de William Sozza, também suspeito de fazer parte do esquema. Também negou envolvimento

Antônio Francisco Bastos

Médico legista, ex-chefe do IML, afastado do cargo após o roubo da cocaína. É co-autor, com Badan, do laudo original sobre a morte de PC. Negou envolvimento



José Roberto Rocha

Ex-delegado-seccional de Campinas afastado do cargo após o roubo da droga. Negou envolvimento

Bruno Henrique Góes

Foi preso com os 340 kg de cocaína. Fugiu de presídio em Guarulhos

Alexandre Negrão

Empresário investigado pela CPI por suposto esquema de lavagem de dinheiro e de envolvimento com laboratórios de refino da pasta de cocaína. Negou as acusações

Ricardo de Lima

Delegado acusado de envolvimento com desaparecimento dos 340 kg de cocaína do prédio do IML de Campinas e extorsão de traficantes presos. Negou envolvimento

Sônia Aparecida Rossi

Traficante que atua na região de Campinas. Dona dos 340 kg que desapareceram do IML. Está presa

Odarício Ribeiro Neto

Empresário apontado como integrante no tráfico na conexão Atibaia do crime organizado. Negou as acusações

José Gomes Filho

Empresário ligado a conexão Atibaia. Negou as acusações

Jean Constâncio, Antônio Lázaro Constâncio e Régis Xavier

Investigadores presos a pedido da CPI por envolvimento com o crime organizado. Hoje estão soltos e na ativa. Negam as acusações

No Ministério Público Estadual

6 promotores investigam o crime organizado na cidade

Investigações em andamento

- Desaparecimento de dois aviões do Aeroclube de Campinas
- Existência de 28 pistas de pouso clandestinas de aviões na região na chamada "rota caipira"
- Distribuição de drogas por rodovias da região
- Situação de fuga de Bruno Henrique Góes, que foi preso em Campinas com outras pessoas que são acusadas de fazer parte de uma quadrilha que estava com 340 kg de cocaína. Foi preso na semana passada em Taubaté
- Alto número de fugas das cadeias e penitenciárias de Campinas e região
- Envolvimento de pelo menos 22 policiais da cidade no crime organizado

No Ministério Público Federal

- Lavagem de dinheiro
- Utilização de contas bancárias fantasmas ligadas ao esquema PC Farias

Fonte: Folha Campinas

## **CONVOCAÇÃO DE BADAN PALHARES DIVIDE CPI**

09/04/2000

Autor:

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: COTIDIANO Página: 3-3

Edição: Nacional Apr 9, 2000

Legenda Foto: O legista Fortunato Badan Palhares durante depoimento na Câmara dos Deputados, em Brasília

Crédito Foto: Alan Marques - 25.nov.99/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: NARCOTRÁFICO

Selo: MÁFIA NOS ESTADOS

Assuntos Principais: CPI DO NARCOTRÁFICO; FORTUNATO BADAN PALHARES; DEPOIMENTO; ADIAMENTO; POLÊMICA

**Deputados de comissão discordam sobre frente de investigação às vésperas da vinda para São Paulo**

Ex-destino econômico de empresas listadas de acordo com o tipo de negócio. (continua)

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Os dados aqui apresentados são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

As informações aqui apresentadas são de caráter informativo e não constituem recomendação de compra ou venda de valores mobiliários.

Para maiores detalhes, consulte o relatório em anexo.

Convocação de Badan Palhares divide CPI  
da Reportagem Local  
da Agência Folha, em Recife

A convocação do legista Fortunato Badan Palhares para depor na CPI do Narcotráfico divide os membros da comissão, às vésperas da vinda para São Paulo.

O segundo depoimento estava aprovado desde o dia 21 de março, mas há deputados que querem adiar para ganhar tempo.

"Temos muitas pessoas para ouvir em quatro dias e pretendo sugerir que as testemunhas de Campinas sejam ouvidas depois, em Brasília", disse o deputado Celso Russomanno (PPB-SP), relator de São Paulo. Badan seria ouvido outra vez para esclarecer novas dúvidas que surgiram em torno da movimentação financeira de suas contas, constatada por meio da quebra de seu sigilo bancário.

"Ainda não estamos convencidos da sua versão", afirmou à Agência Folha o integrante da CPI deputado federal Lino Rossi (PSDB-MT). "Ele precisa esclarecer melhor esse caso", afirmou.

Levantamento da CPI indica que Badan tirou R\$ 2,7 milhões de quatro contas correntes suas do fim de 95 ao fim de 99. O valor sacado é superior aos rendimentos do legista no período, inferiores a R\$ 1 milhão. Badan credita o alto valor em suas contas a um depósito equivocado da Unimed (cooperativa médica), que nega a falha.

O médico-legista é investigado pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Narcotráfico por suspeita de vender laudos favoráveis ao crime organizado.

O mais polêmico e investigado deles é o laudo das mortes do empresário Paulo César Farias e de sua namorada, Suzana Marcolino, ocorridas em junho de 1996. O legista atestou que houve assassinato seguido de suicídio, mas a versão está sendo contestada.

A intenção dos membros da comissão é convocar Badan, antes da conclusão do relatório, para uma acareação com o seu desafeto alagoano, o legista George Sanguinetti, que atacou os primeiros laudos da morte de PC Farias.

O primeiro laudo das mortes, elaborado pela equipe de Badan Palhares, sustentava a tese de que Suzana matou PC e se suicidou em seguida.

O segundo laudo, coordenado pelo médico-legista Daniel Munhoz, da USP (Universidade de São Paulo), derrubou a hipótese do primeiro laudo, após encontrar erro na medição da altura de Suzana, o que comprometeu a primeira hipótese.

O encontro entre os dois está previsto para acontecer no final deste mês, quando a comissão vai se transferir para Maceió.

A Folha tentou falar anteontem à noite com o legista, mas ele não foi encontrado. Também não atendeu aos recados deixados na caixa postal do telefone celular.

A polêmica em torno do depoimento em São Paulo só deve ser definida amanhã, quando a CPI pretende fechar a pauta de depoimentos da semana.

Versões

Em Alagoas, a CPI vai apurar, entre outras coisas, a eventual ligação entre o caso PC e o narcotráfico. Não está descartada a possibilidade de convite para o deputado federal Augusto Farias (AL), irmão de PC, depor.

Outra acareação que deverá ocorrer em Maceió pretende colocar frente a frente o ex-governador Geraldo Bulhões e Eduardo Amaral, filho de um ex-secretário da Segurança Pública do Estado.

No ano passado, Bulhões disse ter sido informado por Amaral que Badan recebeu R\$ 400 mil para elaborar o laudo sobre a morte de PC e Suzana. Ouvido pela CPI em dezembro do ano passado, Amaral negou a informação.

## **BADAN PALHARES MOVE PROCESSO CONTRA A FOLHA POR DIFAMAÇÃO**

31/03/2000

Origem do texto: Da Redação

Editoria: BRASIL Página: 1-11

Edição: Nacional Mar 31, 2000

Vinheta/Chapéu: JUSTIÇA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; PROCESSO; FORTUNATO BADAN PALHARES; FOLHA DE S.PAULO /JORNAL/; COLUNA; BARBARA GANCIA; JOSÉ SIMÃO

Legista se diz ofendido por Barbara Gancia e José Simão

**Badan Palhares move processo contra a Folha por difamação da Redação**



O médico-legista Fortunato Badan Palhares está movendo um processo contra a Folha, em que pleiteia indenização por danos morais. Badan entrou com a ação no dia 14 de fevereiro deste ano na 27ª Vara Cível de São Paulo.

O legista alega ter sido vítima de difamação. Na ação, ele afirma que as colunas de Barbara Gancia e José Simão teriam ofendido sua dignidade e decoro.

Ele menciona especificamente as colunas "Você ainda entra no badalo do Badan?", de Barbara Gancia, publicada em 19 de novembro de 1999, e "Buemba! Badan Falhares tem cólica passional!", de José Simão, publicada nesse mesmo dia.

Ambos os textos têm caráter jocoso, característico da atuação dos dois colunistas. O perfil de seu trabalho é humorístico e não noticioso \_o que explica os apelidos dados aos personagens da vida pública (por exemplo, Ruinaldinho, Vanderburgo Luxerley, Anameba Brega, Pedro Malanta, dona Pizza Hut Cardoso e Don Doca FHC).

Em princípio, Badan não tinha estipulado a indenização. O juiz Fábio Henrique Podestá, da 27ª Vara Cível, determinou que ele definisse um valor, o que foi feito por meio de um aditamento no qual se pede indenização de R\$ 468.000,00 (equivalente a 3.600 salários mínimos).

Suspeitos de Campinas voltam a depor

31/03/2000

Autor: MAURÍCIO SIMIONATO

Origem do texto: Da Folha Campinas

Editoria: COTIDIANO Página: 3-1

Edição: Nacional Mar 31, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CPI DO NARCOTRÁFICO; TRAFICANTE; WILSON WERICH; ACUSAÇÃO; POLICIAL; EXTORSÃO; DEPOIMENTO; CAMPINAS /SP/

Suspeitos de Campinas voltam a depor

MAURÍCIO SIMIONATO

da Folha Campinas

A CPI do Narcotráfico do Congresso Nacional voltará a ouvir os depoimentos de pelo menos dez pessoas de Campinas, entre elas o vereador Roberto Mingone (PFL), o médico-legista Fortunato Badan Palhares e os empresários Alexandre Negrão, Luiz Roberto Zini, ex-presidente do Guarani, além de policiais.

Os depoimentos devem acontecer nos próximos dias 11 e 13 de abril, em São Paulo.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) disse que ainda não sabe se os depoimentos serão colhidos em Campinas (99 km a noroeste de São Paulo) ou na Assembléia Legislativa em São Paulo, onde a comissão se instalará.

A definição da agenda para São Paulo será feita na próxima terça-feira, em Brasília.

O advogado Artur Eugênio Mathias, a mulher dele, Naara Cristina Vilares, os policiais Antônio Lázaro Constâncio e Régis Xavier de Sousa também irão depor.

Prisões

Quatro meses depois da primeira passagem da CPI do Narcotráfico por Campinas, as seis pessoas que foram presas sob acusação de participação no crime organizado já foram soltas.

Os 22 policiais civis que foram colocados sob suspeita de envolvimento com o crime organizado continuam na ativa.

A comissão esteve em Campinas por quatro dias em novembro de 99. Os policiais e demais acusados foram citados em depoimentos por testemunhas da CPI.

Na época, alguns deputados chegaram a ameaçar pedir intervenção da polícia de São Paulo na Polícia Civil de Campinas.

O delegado Ricardo de Lima, por exemplo, que foi preso a pedido da CPI acusado de participar de um suposto esquema da quadrilha, conseguiu habeas corpus.

O advogado Artur Eugênio Mathias, também preso a pedido da CPI, conseguiu habeas corpus. Ele foi advogado do empresário William Walder Sozza, que está foragido desde 16 de outubro do ano passado.

O investigador Antônio Lázaro Constâncio, o "Lazinho", que foi preso sob acusação de extorsão, também obteve um habeas corpus no Tribunal de Justiça.

**CPI DO NARCOTRÁFICO VAI OUVIR LEGISTA BADAN PALHARES DE NOVO**

22/03/2000

O primeiro ponto a ser observado é a importância de se estabelecer um plano de trabalho claro e objetivo, que permita a identificação das atividades a serem realizadas e a distribuição das responsabilidades entre os membros da equipe. Este plano deve ser elaborado em conjunto, considerando as habilidades e conhecimentos de cada um dos participantes, e deve ser revisado regularmente para garantir que esteja alinhado com os objetivos e prazos estabelecidos.

Além disso, é fundamental promover uma comunicação aberta e constante entre todos os envolvidos no projeto. Isso pode ser feito através de reuniões regulares, onde cada um possa compartilhar suas ideias, dúvidas e progressos. Também é importante utilizar ferramentas de comunicação adequadas, como e-mails, mensagens instantâneas ou plataformas de colaboração online, para facilitar o fluxo de informações e garantir que todos estejam atualizados sobre o andamento do trabalho.

Outro aspecto crucial para o sucesso de qualquer projeto é a definição clara de prazos e a implementação de um sistema de acompanhamento do progresso. Isso envolve estabelecer marcos ou entregáveis específicos para cada etapa do projeto, bem como definir prazos realistas e viáveis para a conclusão de cada uma dessas etapas. O uso de ferramentas de gestão de projetos, como planilhas ou softwares especializados, pode ser muito útil para visualizar o cronograma e identificar possíveis atrasos ou gargalos antes que se tornem críticos.

Por fim, não se pode esquecer a importância de reconhecer e celebrar as conquistas e o esforço de todos os membros da equipe ao longo do caminho. Isso não apenas fortalece o espírito de equipe e a motivação, como também contribui para a criação de um ambiente de trabalho positivo e produtivo, onde todos se sintam valorizados e comprometidos com o sucesso comum.

Resumo do conteúdo acima

31/03/2020

MARCELO SIMÃO

Coordenador de Projetos

Projeto de Gestão de Recursos Humanos

Empresa: ABC Ltda.

Objetivo: Melhorar a eficiência dos processos de recrutamento e seleção.

EXPERIÊNCIA PREVIAMENTE ADQUIRIDA

Experiência em projetos de gestão de recursos humanos.

MARCELO SIMÃO

Coordenador de Projetos

A primeira etapa de qualquer projeto é a identificação dos objetivos e a definição das metas. É importante que essas metas sejam claras, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo determinado (SMART). Além disso, é necessário estabelecer um plano de trabalho detalhado, que inclua a identificação das atividades a serem realizadas, a distribuição das responsabilidades e a definição dos prazos para a conclusão de cada uma dessas atividades.

Outro aspecto fundamental para o sucesso de qualquer projeto é a comunicação. É importante promover uma comunicação aberta e constante entre todos os membros da equipe, bem como com as partes interessadas. Isso pode ser feito através de reuniões regulares, onde cada um possa compartilhar suas ideias, dúvidas e progressos. Também é importante utilizar ferramentas de comunicação adequadas, como e-mails, mensagens instantâneas ou plataformas de colaboração online, para facilitar o fluxo de informações e garantir que todos estejam atualizados sobre o andamento do trabalho.

Além disso, é fundamental promover uma comunicação aberta e constante entre todos os membros da equipe. Isso pode ser feito através de reuniões regulares, onde cada um possa compartilhar suas ideias, dúvidas e progressos. Também é importante utilizar ferramentas de comunicação adequadas, como e-mails, mensagens instantâneas ou plataformas de colaboração online, para facilitar o fluxo de informações e garantir que todos estejam atualizados sobre o andamento do trabalho.

Outro aspecto crucial para o sucesso de qualquer projeto é a definição clara de prazos e a implementação de um sistema de acompanhamento do progresso. Isso envolve estabelecer marcos ou entregáveis específicos para cada etapa do projeto, bem como definir prazos realistas e viáveis para a conclusão de cada uma dessas etapas. O uso de ferramentas de gestão de projetos, como planilhas ou softwares especializados, pode ser muito útil para visualizar o cronograma e identificar possíveis atrasos ou gargalos antes que se tornem críticos.

Por fim, não se pode esquecer a importância de reconhecer e celebrar as conquistas e o esforço de todos os membros da equipe ao longo do caminho. Isso não apenas fortalece o espírito de equipe e a motivação, como também contribui para a criação de um ambiente de trabalho positivo e produtivo, onde todos se sintam valorizados e comprometidos com o sucesso comum.

Além disso, é fundamental promover uma comunicação aberta e constante entre todos os membros da equipe. Isso pode ser feito através de reuniões regulares, onde cada um possa compartilhar suas ideias, dúvidas e progressos. Também é importante utilizar ferramentas de comunicação adequadas, como e-mails, mensagens instantâneas ou plataformas de colaboração online, para facilitar o fluxo de informações e garantir que todos estejam atualizados sobre o andamento do trabalho.

Outro aspecto crucial para o sucesso de qualquer projeto é a definição clara de prazos e a implementação de um sistema de acompanhamento do progresso. Isso envolve estabelecer marcos ou entregáveis específicos para cada etapa do projeto, bem como definir prazos realistas e viáveis para a conclusão de cada uma dessas etapas. O uso de ferramentas de gestão de projetos, como planilhas ou softwares especializados, pode ser muito útil para visualizar o cronograma e identificar possíveis atrasos ou gargalos antes que se tornem críticos.

Por fim, não se pode esquecer a importância de reconhecer e celebrar as conquistas e o esforço de todos os membros da equipe ao longo do caminho. Isso não apenas fortalece o espírito de equipe e a motivação, como também contribui para a criação de um ambiente de trabalho positivo e produtivo, onde todos se sintam valorizados e comprometidos com o sucesso comum.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

31/03/2020

Autor:

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília

Editoria: BRASIL Página: 1-12

Edição: São Paulo Mar 22, 2000

Vinheta/Chapéu: CRIME ORGANIZADO

Assuntos Principais: CRIME ORGANIZADO; CPI DO NARCOTRÁFICO; FORTUNATO BADAN PALHARES; CONVOCAÇÃO

### **Cineasta João Moreira Salles foi ouvido ontem**

#### **CPI do Narcotráfico vai ouvir legista Badan Palhares de novo**

da Sucursal de Brasília

A CPI do Narcotráfico aprovou ontem nova convocação do legista Fortunato Badan Palhares para explicar a movimentação financeira de suas contas bancárias. O depoimento será marcado depois que a comissão concluir a análise dos seus dados bancários.

O legista já prestou depoimento na CPI do Narcotráfico em novembro do ano passado, mas os deputados ainda não tinham as informações das quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

A CPI do Narcotráfico apura denúncias de que Badan Palhares forneceria laudos sob encomenda ao crime organizado. Ele nega.

Ontem a CPI do Narcotráfico ouviu o cineasta João Moreira Salles sobre envolvimento com o traficante Marcinho VP, que comandava o tráfico de drogas no Morro Dona Marta, no Rio.

Por sugestão dos deputados Aloizio Mercadante (PT-SP) e Marcos Rolim (PT-RS), antes do depoimento, foi exibido um documentário de uma hora produzido por Salles. "Notícias de uma Guerra Particular" foi feito em 1997 no Morro Dona Marta e tem depoimento de Marcinho VP.

Depois de gravar o documentário, Salles deu uma bolsa a Marcinho VP para que ele escrevesse um livro.

Segundo ele, foram quatro parcelas de R\$ 1.200. O cineasta disse que esperava que Marcinho VP "abandonasse as armas". Ele afirmou que não sabia se havia obtido êxito.

Salles disse que não pagou "pedágio" a Marcinho VP para gravar o documentário na favela. "O trato era que o documentário só seria exibido no Rio quando ele (Marcinho VP) estivesse fora da cidade", afirmou.

#### **BADAN VAI PEDIR UM NOVO LAUDO SOBRE PC**

16/03/2000

Autor:

Origem do texto: Da Folha Campinas

Editoria: BRASIL Página: 1-16

Edição: Nacional Mar 16, 2000

Vinheta/Chapéu: ALAGOAS

Assuntos Principais: PC /PAULO CÉSAR FARIAS/; ASSASSINATO; LAUDO; FORTUNATO BADAN PALHARES; POLÍCIA FEDERAL; INVESTIGAÇÃO

### **PF investigará atuação do legista**

#### **Badan vai pedir um novo laudo sobre PC**

da Folha Campinas

O médico-legista Fortunato Badan Palhares vai pedir à Polícia Federal que seja feito um terceiro laudo sobre a morte do empresário Paulo César Farias e de sua namorada, Suzana Marcolino.

O STF (Supremo Tribunal Federal) determinou que a Polícia Federal investigue a atuação de Badan Palhares na elaboração do laudo das mortes, ocorridas em 23 de junho de 96, em Maceió.

"Vamos pedir um terceiro laudo independente, que poderia ser feito pelo FBI, pela Interpol ou qualquer outro órgão indicado pela Polícia Federal", disse a advogada de Badan, Tereza Dóro.

A PF terá 60 dias para investigar o patrimônio financeiro do legista. Levantamento da CPI do Narcotráfico indica que Badan tirou R\$ 2,7 milhões de quatro contas correntes suas do fim de 95 ao fim de 99. O valor é superior aos rendimentos do legista no período, inferiores a R\$ 1 milhão. Badan credita o alto valor em suas contas a um depósito equivocado da Unimed, que nega a falha.

O primeiro laudo das mortes, elaborado pela equipe de Badan Palhares, sustentava a tese de que Suzana matou PC e se suicidou em seguida. O segundo laudo, coordenado pelo médico-legista Daniel Munhoz, da USP, derrubou a hipótese do primeiro laudo após encontrar erro na medição da altura de Suzana, que comprometeu a primeira hipótese.

Os advogados de Badan disseram que ele achou "ótimo" que as investigações passassem a ser feitas também pela PF. "Agora poderemos apresentar nossa defesa. Fizemos várias petições de vista em originais de fotos e vídeos que estão no processo, mas todas foram negadas pela Justiça de Alagoas", disse Nivaldo



Dóro.

Nivaldo Dóro considerou "inócua" a determinação da Justiça de abrir ação penal para investigar os autores das mortes de PC e Suzana. O juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima acatou a denúncia do Ministério Público contra oito ex-funcionários de PC, acusados de co-autoria nos assassinatos.

## **PC E SUZANA FORAM ASSASSINADOS, DIZ JUIZ**

14/03/2000

Autor: ARI CIPOLA

Origem do texto: Da Agência Folha em Maceió

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Mar 14, 2000

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: MISTÉRIO EM ALAGOAS

Selo: CASO PC

Assuntos Principais: JUSTIÇA; DENÚNCIA; PAULO CÉSAR FARIAS; SUZANA MARCOLINO; INVESTIGAÇÃO; MORTE; ALAGOAS /ESTADO/

### **Justiça critica erros primários do laudo de Badan Palhares e conclui que não houve suicídio**

#### **PC e Suzana foram assassinados, diz juiz**

ARI CIPOLA

da Agência Folha, em Maceió

A Justiça de Alagoas acatou a denúncia do Ministério Público que investiga a autoria de duplo homicídio do empresário Paulo César Farias, o PC, e de sua namorada, Suzana Marcolino.

O juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima acatou a denúncia contra oito ex-funcionários do ex-tesoureiro de Fernando Collor de Mello, acusados de co-autoria nos assassinatos de PC e de Suzana, e admite a hipótese de duplo homicídio no caso.

Essa decisão representa a primeira manifestação da Justiça sobre as mortes ocorridas no dia 23 de junho de 1996, na casa de praia de Paulo César Farias, em Maceió, capital do Estado.

No despacho de 13 páginas, o juiz admite o duplo homicídio, descartando a hipótese defendida pelo legista Fortunato Badan Palhares, segundo a qual Suzana Marcolino matou o namorado e depois se suicidou.

Os interrogatórios dos oito acusados foram marcados para o próximo dia 30. O juiz diz que pretende concluir a ação até o final deste ano.

Acusados

Os acusados são os policiais militares Adeildo Costa dos Santos, José Geraldo da Silva, Reinaldo Correia de Lima Filho e Josemar Faustino dos Santos; o casal de caseiros Marise e Leonino Tenório de Carvalho; o jardineiro Manoel Alfredo da Silva e o garçom Genival da Silva França.

O deputado federal Augusto Farias (PPB-AL), irmão de PC, que também foi indiciado pela polícia como suposto co-autor das mortes, só poderá ser denunciado, se for o caso, pela Procuradoria Geral da República. Ele possui imunidade parlamentar e sua situação será definida pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

No despacho em que pediu novas diligências sobre o caso, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, havia afirmado que era "impossível" que Suzana tivesse se suicidado.

No texto divulgado ontem, o juiz Lima chama de "imprestável" o primeiro inquérito policial e todos os seus laudos. Ele lista "fatos insólitos" que desqualificariam o trabalho coordenado por Badan Palhares e pela polícia alagoana.

O juiz observa ainda que o inquérito inicial foi marcado "pela estranha precipitação" das autoridades em opinar por uma conclusão de crime passional e por pressões sobre os peritos.

#### **Erros de Badan**

Além disso, o juiz menciona os "erros primários" cometidos pelo legista Badan Palhares: não mediu os corpos durante a exumação; lavou as luvas epidérmicas de Suzana, o que teria impossibilitado a contraprova de que ela teria atirado; a retirada de parte da parede por onde passou a bala que atingiu Suzana, o que atrapalhou novas perícias.

O promotor do caso, Luiz Vasconcelos, requereu à polícia alagoana novas investigações após a Folha ter divulgado, em março do ano passado, fotografias que mostravam que Suzana não tinha 1,67 m, como consignara Badan Palhares em seu laudo.

Para concluir pelo duplo assassinato, o juiz se apoiou nas conclusões expostas no trabalho realizado pela segunda equipe de peritos \_nomeada pelo próprio Lima\_ e que foi coordenada pelo legista Daniel Romero Muñoz, da Universidade de São Paulo.

Entre elas está o fato de que não existe prova científica de que Suzana tenha disparado tiros naquela

...a respeito de ...

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL  
CIVIL  
CIVIL  
CIVIL

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO

madrugada, já que não foram encontradas em suas mãos a combinação de elementos que compõem a pólvora.

## **AS DIFERENÇAS ENTRE OS INQUÉRITOS**

14/03/2000

Autor:

Editoria: BRASIL Página: 1-10

Edição: Nacional Mar 14, 2000

Arte: QUADRO: AS DIFERENÇAS ENTRE OS INQUÉRITOS

Observações: SUB-RETRANÇA

Assuntos Principais: JUSTIÇA; DENÚNCIA; PAULO CÉSAR FARIAS; SUZANA MARCOLINO; INVESTIGAÇÃO; MORTE; ALAGOAS /ESTADO/

As diferenças entre os inquéritos

Inquérito 1996

Autoria

Como a "assassina" de PC Farias, Suzana Marcolino, se suicidou, não há indiciamento. Ela "matou" o namorado porque estava na iminência de ser abandonada

Altura

Suzana mede 1,67 m, encaixando-se na trajetória da bala; em 1997, quando contralauado estimou a altura em 1,57 m, pela projeção dos ossos, Badan manteve a altura em 1,67 m. Segundo o contralauado, com 1,57 m Suzana teria sido atingida no rosto ou a bala passado sobre um ombro. a bala atingiu-a no peito.

Barulho dos tiros

Os dois tiros eram audíveis, dizem perícias, mas o barulho de fogos de artifício impediu todos os funcionários de os ouvirem

Arma de Suzana

Com medo de ser abandonada por PC, Suzana comprou a arma porque já planejava matar o namorado

Os tiros de Suzana

O laudo de Badan Palhares e o inquérito policial concluem que é normal a ausência de chumbo, bário e antimônio \_elementos encontrados nas mãos de quem atira com revólver\_ nas mãos de Suzana, que teria atirado duas vezes

Defesa dos seguranças

A família Farias paga a defesa dos seguranças e funcionários que estavam na casa de Guaxuma, e Augusto ataca com virulência quem especula não ter havido crime passionai, mas duplo homicídio

Inquérito 1999

Autoria

A Polícia Civil de Alagoas pede o indiciamento do deputado Augusto César Cavalcante Farias (PPB-AL) e outras sete pessoas, todos ex-funcionários de PC

Altura

Laudo da Unicamp, baseado em fotos obtidas e publicadas pela Folha, determina a altura em 1,53 m a 1,57 m, derrubando em definitivo as conclusões de Badan

Barulhos dos tiros

A polícia acredita que os funcionários mentiram \_por volta de 5h, quando foi dado o tiro que matou Suzana, as festas juninas já não tinham fogos

Arma de Suzana

Ângela Maciel e Élson Madureira, prima e amigo de Suzana, afirmam que ela comprou a arma porque estava sendo seguida e por sugestão dos seguranças de PC. A irmã de Suzana, Ana Luiza, diz que nos meses anteriores à morte ela afirmava estar sendo seguida por ordem de Augusto Farias

Os tiros de Suzana

Vídeo com 12 mil imagens por segundo, produzido em junho pelo perito Domingos Tochetto, mostra, em câmara lenta, que a nuvem de resíduos saída do revólver na hora do disparo deixa necessariamente tais resíduos nas mãos. Portanto, ela não atirou.

AS DIFERENÇAS ENTRE OS INQUÉRITOS

1. O primeiro inquérito foi realizado em 1967, sob a direção de Roberto Campos, então Presidente da República. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

2. O segundo inquérito foi realizado em 1973, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

3. O terceiro inquérito foi realizado em 1978, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

4. O quarto inquérito foi realizado em 1983, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

5. O quinto inquérito foi realizado em 1988, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

6. O sexto inquérito foi realizado em 1993, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

7. O sétimo inquérito foi realizado em 1998, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

8. O oitavo inquérito foi realizado em 2003, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

9. O nono inquérito foi realizado em 2008, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

10. O décimo inquérito foi realizado em 2013, sob a direção de Roberto Campos. Seu objetivo principal era avaliar a situação econômica do Brasil e a atuação do Estado. O inquérito foi dividido em duas partes: uma sobre a economia e outra sobre a sociedade.

### Defesa dos seguranças

Os Farias continuam pagando a defesa dos funcionários, a maioria ainda trabalhando para a família. Augusto ataca os delegados Antônio Carlos Lessa e Alcides Andrade, o secretário da Segurança de Alagoas, Edmilson Miranda, e todos que defendem ou noticiam a nova investigação

### UNICAMP SUSPENDE BADAN POR 1 MÊS

19/02/2000

Autor: RICARDO BRANDT

Origem do texto: da Folha Campinas

Editoria: BRASIL Página: 1-6

Edição: São Paulo Feb 19, 2000

Vinheta/Chapéu: INVESTIGAÇÃO

Assuntos Principais: UNICAMP; PUNIÇÃO; IRREGULARIDADE; CPI DO NARCOTRÁFICO; BADAN PALHARES

### Médico-legista transferiu microscópio da universidade para seu instituto

### UNICAMP SUSPENDE BADAN POR 1 MÊS

RICARDO BRANDT

da Folha Campinas

O médico-legista Fortunato Badan Palhares está suspenso por um mês, desde ontem, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), onde leciona, como punição pela transferência de um microscópio da instituição para o seu laboratório, o Instituto de Patologia Clínica de Campinas.

No período, ele não terá direito a remuneração.

A medida foi tomada pela reitoria da universidade e publicada no "Diário Oficial" do Estado.

Badan Palhares foi procurado ontem pela Folha, mas disse que não queria comentar a decisão da universidade.

### Estatuto da Unicamp

De acordo com a publicação do "Diário Oficial", o legista infringiu seis itens do estatuto da Unicamp. Entre eles, o inciso 9º do artigo 164, que "proíbe o funcionário de tirar proveito, direto ou indireto, de sua qualidade de servidor e fazendo uso de bens da universidade".

O microscópio foi devolvido à universidade no ano passado.

A punição foi determinada pelo reitor da Unicamp, Hermano Tavares, após a conclusão de uma sindicância instaurada há cerca de três anos para apurar a irregularidade.

Em um dos itens publicados no "Diário Oficial", a reitoria considerou que Badan Palhares deveria ser punido por cometer falta grave e afetar a imagem da universidade ao desvirtuar as finalidades da instituição.

O médico-legista é investigado pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Narcotráfico por suspeita de vender laudos favoráveis ao crime organizado.

Os advogados de Badan Palhares negam a acusação da comissão parlamentar.

### Denúncia

O desvio do material da Unicamp é investigado pelo Ministério Público de Campinas há três anos, desde que o deputado estadual Renato Simões (PT) apresentou denúncia contra o médico-legista.

A denúncia dava conta de que Badan Palhares usava por dez anos em seu laboratório particular um microscópio doado pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) à universidade.

"Acho que a punição é muito branda, mas é preciso lembrar que isso é uma medida administrativa da Unicamp, o processo criminal está correndo na Justiça", disse o deputado.

O desvio do equipamento também está sendo investigado pela CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados.

As pesquisas realizadas em laboratório e em campo são fundamentais para a compreensão dos processos de transformação da sociedade brasileira e para a elaboração de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

UNICAMP SUSPENDE BAHAN POR 3 MÊS  
1903/2000

Prof. RICARDO BRANDT  
Organização de Férias Científicas  
Edição BRASIL, Edição 1-0  
Edição São Paulo, Ed. 19 2000  
Vivendo o Brasil INVESTIGANDO  
Assimilando UNICAMP BAHAN: IRREGULARIDADE, BAHAN  
BALARIES

Indicador de qualidade de ensino em universidades para seu ensino

UNICAMP SUSPENDE BAHAN POR 3 MÊS  
RICARDO BRANDT  
de Férias Científicas

O trabalho de investigação científica é essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a compreensão dos processos de transformação da sociedade brasileira. A realização de pesquisas em laboratório e em campo é fundamental para a elaboração de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. A suspensão de BAHAN por 3 meses é uma medida necessária para garantir a qualidade do ensino em universidades.

### Estado da União

O trabalho de investigação científica é essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a compreensão dos processos de transformação da sociedade brasileira. A realização de pesquisas em laboratório e em campo é fundamental para a elaboração de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. A suspensão de BAHAN por 3 meses é uma medida necessária para garantir a qualidade do ensino em universidades.

### Conclusão

O trabalho de investigação científica é essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a compreensão dos processos de transformação da sociedade brasileira. A realização de pesquisas em laboratório e em campo é fundamental para a elaboração de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. A suspensão de BAHAN por 3 meses é uma medida necessária para garantir a qualidade do ensino em universidades.

Depois